



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS VII - GOVERNADOR ANTONIO MARIZ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO FILHO

**AVALIAÇÃO DO INSTITUTO ESTRELA COMO FERRAMENTA DA PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
PATOS: UM ESTUDO NO INSTITUTO ESTRELA DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO**

**PATOS, PB
2015**

CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO FILHO

**AVALIAÇÃO DO INSTITUTO ESTRELA COMO FERRAMENTA DA PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE
PATOS: UM ESTUDO NO INSTITUTO ESTRELA DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em administração da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como Requisito Para obtenção do Título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. Odilon Avelino da Cunha

**PATOS, PB
2015**

UEPB - SIB - Setorial - Campus VII

A663e Araújo Filho, Carlos Alberto de
Avaliação do Instituto Estrela como ferramenta da promoção do desenvolvimento econômico na Região Metropolitana de Patos [manuscrito]: um estudo no Instituto Estrela de fomento ao microcrédito / Carlos Alberto de Araújo Filho. – 2015.
25 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração)–Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2015.

“Orientação: Prof. Me. Odilon Avelino da Cunha, CCEA”.

1. Terceiro Setor. 2. Microcrédito. 3. Desenvolvimento Econômico em Patos. I. Título.

21. ed. CDD 658.048

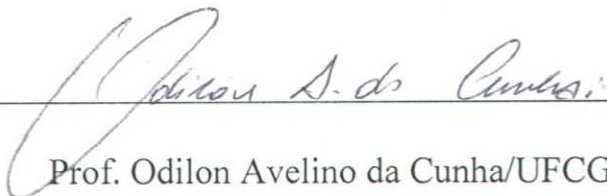
CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO FILHO

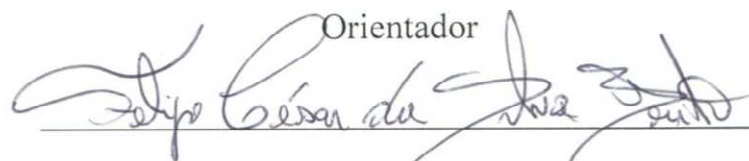
**OSCIP COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE PATOS: Um estudo no Instituto Estrela de Fomento
ao Microcrédito**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Administração.

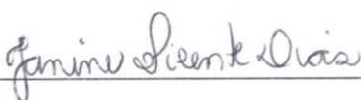
Aprovada em: 16/06/15

Banca Examinadora


Prof. Odilon Avelino da Cunha/UFCG

Orientador

Prof. Felipe César da Silva Brito/UEPB

Examinador


Prof.ª Janine Vicente Dias/UEPB

Prof.ª Janine Vicente Dias/UEPB

Examinadora

AValiação DO INSTITUTO ESTRELA COMO Ferramenta DA Promoção DO DESENVOLVIMENTO ECONômico NA REGIÃO METROPOLITANA DE PATOS: UM ESTUDO NO INSTITUTO ESTRELA DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO

Odilon Avelino da Cunha¹
Carlos Alberto de Araújo Filho²

RESUMO

As organizações atuam de modo relevante sobre diferentes perspectivas na vida das pessoas e na sociedade. Este trabalho tem como foco uma organização sem finalidade lucrativa considerada como ferramenta de desenvolvimento econômico na região metropolitana de Patos-PB. Neste sentido, o presente artigo teve como objetivo verificar se o Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito pode ajudar na promoção do desenvolvimento econômico na região metropolitana de Patos-PB. No tocante as contribuições teóricas o tema poderá contribuir no debate sobre a relevância das Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS), nas regiões metropolitanas e como contribuem para a abertura de outras organizações pleiteando o desenvolvimento econômico. Este estudo utilizou da pesquisa descritiva de abordagem quanti-qualitativa. Para coleta básica de dados foi utilizado um questionário, além da pesquisa bibliográfica para dados secundários, utilizou-se do método não probabilístico por acessibilidade foram entrevistados 73 dos 2500 clientes do Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito, localizado na região metropolitana de Patos no sertão do estado da Paraíba. A relevância do Terceiro Setor verificou-se que desde a década de 90 as instituições expandiram suas atividades e organizações atingindo no ano de 2010 290,7 mil organizações entre fundações e organizações sem fins lucrativos. Os resultados apontaram que uma OSCIP na opinião dos clientes pode contribuir para o desenvolvimento regional, além dos motivos que levaram os microempreendedores a escolherem o microcrédito como alternativa de sair do sistema bancário tradicional com sua alta taxa de juros reais aplicados.

Palavras Chave: Terceiro Setor. Microcrédito. Desenvolvimento Econômico.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das sociedades e mesmo as relações sociais, proporcionou ao homem que viviam em pequenas comunidades a trabalhar não só para o seu sustento, mas para os demais moradores daquela comunidade. A partir disso, surgem os primeiros registros históricos sobre a gênese das organizações.

As organizações surgem com o intuito de promover o bem comum e passam a se desenvolver empregando novos modos de relações sociais a fim de garantir sua sobrevivência no mundo dos negócios. A partir daí surge a cultura do trabalho, que compreende as

¹ Docente no curso de Bacharelado em Administração da UEPB/Patos-PB-odiavelino@gmail.com

² Discente no curso de Bacharelado em Administração da UEPB/Patos-PB-carlosalberto@institutoestrela.org.br

características de cada membro dentro do grupo, além dos “*modos operandi*” que determinará como executar as atividades vinculadas aos membros ou entes dessa unidade de cooperação.

A partir de sua evolução e desenvolvimento, as organizações tornam-se mais fortes e competitivas, com caráter mais expansivo, a cultura e estrutura organizacional tornam-se mais influentes sendo delineadas no meio em que habitam, visando sempre o alcance dos objetivos por ela determinados. Segundo Chiavenato (2003, p.290) as organizações passaram por um longo processo de desenvolvimento de quatro etapas:

“1. Etapa da natureza. É a etapa inicial, na qual os fatores naturais, ou seja, os elementos da natureza constituíam a base única de subsistência da humanidade; 2. Etapa do trabalho. Os elementos da natureza passam a ser transformados por meio do trabalho, que conquista rapidamente o primeiro plano entre os elementos que concorrem a vida da humanidade; 3. Etapa do capital. É a terceira etapa na qual o capital prepondera sobre a natureza e o trabalho, tornando-se um dos fatores básicos da vida social; 4. Etapa da organização. A natureza, o capital e o trabalho se submetem a organização. O predomínio da organização revelou seu caráter independente em relação à natureza, trabalho e capital, utilizando-se deles para alcançar seus objetivos.”

As organizações Brasileiras atualmente são classificadas e caracterizadas por diferentes conceitos e segmentadas por setores, compreendendo o setor primário que está representado pelo governo, o setor secundário com as empresas privadas ou com finalidades lucrativas e o setor terciário com as Organizações de Terceiro Setor.

Ainda conforme Marinela (2012, p.173) “Nos dias de hoje quando da análise da estrutura nacional, a doutrina aponta quatro setores distintos”. Com isso as atividades informais são caracterizadas como um quarto setor devido ao seu crescimento nos últimos 10 anos.

No primeiro setor podemos destacar o estado como ente promovente da geração emprego x renda e com missão de dar oportunidades a população para que tenham serviço de qualidade, no segundo setor destacaremos o mercado com a atuação das empresas privadas objetivando o lucro, o terceiro setor é determinado pela atuação das entidades de natureza privada, sem fins lucrativos, tenham como objetivo as atividades voltadas para o interesse social e coletivo e por último a mais nova classificação em segmentação que é o quarto setor, voltado para as atividades informais (MARINELA, 2012).

Nesse contexto questiona-se sobre a **atuação do Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito pode ajudar na promoção do desenvolvimento econômico na região Metropolitana de Patos.**

Dado através de uma OSCIP que traz conforme lei instituidora, a geração de emprego, renda, promoção da assistência social, promoção da saúde, dentre outras atividades. Neste caso, apresenta-se a justificativa do referido estudo. No tocante as contribuições teóricas o tema poderá contribuir no debate sobre a relevância das OSCIPS nas regiões metropolitana e que as mesmas contribuam para a abertura de outras organizações pleiteando o desenvolvimento econômico. A pesquisa proposta aponta de modo objetivo a importância da atividade de um dos três setores econômicos, nesse caso o terceiro setor considerado o mais excluído, mas não o menos importante, como provedor do desenvolvimento econômico.

Diante da problemática a pesquisa tem por objetivo geral: Analisar se a atuação do Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito pode ajudar na promoção do desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Patos.

Para atingir o objetivo geral foram delimitados os devidos objetivos específicos: Investigar junto aos clientes qual a importância o Instituto Estrela para melhoria no seu negócio; Verificar a forma de investimento realizado no negócio dos clientes da OSCIP; Investigar de que modo o Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito participa ativamente na vida dos clientes. Verificar na opinião do cliente se o Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito pode ajudar na promoção do desenvolvimento econômico da região estudada.

Esse projeto contribuirá para a classe científica estudar de que modo essas organizações do Terceiro Setor e mais especificamente a OSCIP age dentro de determinada região metropolitana no estado.

O trabalho está dividido em introdução, que abordará algumas considerações sobre o tema, o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e abordagens acerca do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento com o referencial teórico conceituando à luz dos autores os temas relevantes reproduzidos neste trabalho, os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Na outra seção apresentam-se os resultados obtidos e as considerações finais a cerca da pesquisa estudada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro Setor

As organizações interferem de modo relevante na vida das pessoas, com isso elas estão presentes mesmo antes do nascimento dos indivíduos até a sua morte, pois atua na

produção de bens ou serviços e em diversos nichos de mercado e de consumo com o objetivo de atender as necessidades imediatas dos consumidores.

As organizações podem ser classificadas de acordo com a sua natureza de constituição ou mesmo pela sua atuação, em tese são classificadas como públicas que atendem as necessidades básicas dos indivíduos, como privadas cujo objetivo é o lucro, as do Terceiro Setor que atuam nas demandas não atingidas pelo estado que atuam no 1º setor ou mesmo as empresas privadas caracterizadas pelo 2º setor. Conforme Maximiano (p.3, 2011): “Uma organização é um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos)”.

As necessidades dos consumidores em alguns países podem ser determinadas e subscritas em lei, tendo em vista que as organizações públicas atuam a fim de atenderem as principais demandas, principalmente por ser de caráter básico. Uma necessidade básica de demandas específicas de um indivíduo pode ser atendida ou não, a partir daí surgem as Organizações de segundo e Terceiro Setores.

O terceiro setor é defendido por muitos como uma terminologia sociológica, um conjunto de organizações integradas ou setor econômico. Apresenta-se através de movimentos ou comportamentos da sociedade, o terceiro setor no mundo é encontrado e classificado através de diversos registros e conhecido por diferentes conceitos em cada região, mas conforme Hudson (1999, p.1 apud MAÑAS, MEDEIROS, 2012, p. 19) sua origem “encontra-se que a criação de um código baseado na justiça, oriundo das primeiras civilizações, fazia com que as pessoas ajudassem umas as outras em suas necessidades, transportando aos mais carentes para o outro lado do rio sem cobrar, dando abrigo, mantimentos e alimentos.”.

A partir dessa perspectiva e com os conflitos oriundos das grandes guerras mundiais, o mundo passou a vivenciar diversos confrontos de ordem político-ideológica. Surgem as ONG'S que no início tiveram caráter assistencial e religioso, sendo reconhecidas na década de 1970 na Europa por trabalhos destinados à execução do assistencialismo, da autoajuda e serviços nos variados campos de atuação como educação e saúde, dentre outros (MAÑAS, MEDEIROS, 2012).

2.1.1 Terceiro Setor no Brasil

O período colonial Brasileiro marcado pelo berço histórico do Brasil traz de Portugal sua gênese, nas questões culturais, políticas, sociais e econômicas. A partir desse momento os portugueses trazem em suas caravelas membros da igreja com o objetivo de prestar serviços

sociais aquela população. Há relatos em que a igreja participa do processo de cristianização dos habitantes daquela época, para que se tornem fiéis àquela organização “primitiva”.

As organizações de Terceiro Setor atuaram com suas atividades de modo relevante no Brasil, durante a década de 1930 ou Estado Novo, onde ordens religiosas e instituições de caridade ajudavam aos doentes. Nesse mesmo período surge no Brasil a criação de sindicatos e associações, tendo em vista a ajuda entre os associados em caso de doença ou mesmo pela luta dos direitos que lhe eram garantidos.

O presidente durante esse período era considerado populista ou pai dos pobres dando ênfase na política assistencialista. O então presidente Getúlio Vargas fez com que a administração pública reconhecesse a importância de atender as reivindicações da sociedade e dos trabalhadores estabelecendo direitos mínimos a trabalhadores urbanos. (BENEDITO, 2005, p.27).

Na década de 40 surge no Brasil através do Decreto Lei Nº 4.830, de 15 de outubro de 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA), administrado pelas primeiras damas e com objetivo de ajudar aos mais necessitados ou pessoas carentes, menos favorecidas da população. Ainda conforme Nascimento (2000) apud Benedito (2005, p.28) “a LBA ficou conhecida, mais tarde, muito mais pelo clientelismo, favorecimentos políticos e corrupção, que pela assistência à população carente”.

No Brasil as Organizações do Terceiro Setor foram capitaneadas desde a década de 70 sendo caracterizada por agirem contra as práticas adotadas pela ditadura militar. Com o enfoque na queda do processo de poder ditatorial para abertura do processo democrático, modificando o cenário político ideológico Brasileiro. Conforme Albuquerque (2006, p.23):

“Nos anos 1970, sobretudo na América Latina, as organizações da sociedade civil surgiram com expressivo caráter político, atuando fortemente na redemocratização dos países, com ações voltadas para uma política social de desenvolvimento comunitário e para execução de atividades de assistência e serviços nos campos de consumo, educação de base e saúde, entre outros.”

As ONG’S foram às primeiras organizações de atuação relevante no Brasil, sendo financiadas por organizações internacionais principalmente Europeias, atuando como agentes “catalizadoras dos movimentos e aspirações sociais e políticas da população brasileira” (COSTA, p.19.), contribuindo com as mudanças ocorridas nos campos políticos, sociais e econômicos, operados inicialmente a luz das ONG’S e Organizações Sociais.

As décadas de 80 e 90 são marcadas por um período de evolução e desenvolvimento das ONG’s. As OTS poderiam requerer ao Ministério da Justiça a declaração de utilidade

pública federal. Ganhando as organizações o direito a imunidade de tributos, nessa mesma década o presidente Fernando Henrique Cardoso cria a lei do Terceiro Setor qualificando as ONG's para atuarem como OSCIP.

Concomitantemente é criado nesse mesmo período o Conselho da ¹³Comunidade Solidária junto com outros órgãos e o governo federal criando um projeto com o intuito de fortalecer o Terceiro Setor (SANTOS 2003).

Apesar desse conceito não ser tão abordado de modo incipiente no Brasil, foi empregado em outros países do mundo e aplicado como relevante na atuação da prestação da assistência, serviços à coletividade no aumento do PIB contribuindo parcialmente no desenvolvimento da atividade econômica de um país.

As organizações são importantes e atuam através do cumprimento de normas, métodos, procedimentos e formalização através das instituições serem financeiras ou não. Nesse sentido as organizações de Terceiro Setor se comportam e se estruturam no intuito de atuarem como “empresas” e dependendo do segmento de atuação a fidelização dos clientes e parceiros. As organizações são caracterizadas conforme a Constituição Federal de 1988.

O terceiro setor é representado no Brasil pelas “Associações (art. 5º, XVIII e XIX). Fundações: públicas (art. 37, XIX) e privadas (art. 150, VI, “c”), Sindicatos (art. 8º, incisos I à VIII, e art. 150, VI, “c”), Partidos Políticos (art. 17 e art. 150, VI, “c”), Cultos Religiosos e Igrejas (art. 19, I, e art. 150, VI, “b”), Serviço Social Autônomo (art. 240, e art. 62 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias), Cooperativa (art. 5º, XVIII, e art. 174, § 2º).” (CONSTITUIÇÃO, 1988). E ainda segundo (TACHIZAWA, 2012) a representação das ONG's, OSC (Organizações da Sociedade Civil), e OSCIPS (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) como entidades de natureza privada não lucrativa.

2.1.2 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS)

Este trabalho acerca do Terceiro Setor enfoca uma OSCIP como ferramenta de promoção desenvolvimento econômico, sendo está instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Essa organização atua diretamente no Terceiro Setor e foi através dessa lei que elas podem ser qualificadas a atuarem na promoção da renda, no caso deste trabalho utilizando do microcrédito para a ação financeira direta na região estudada. A qualificação como OSCIP

³ Comunidade Solidária: Programa criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista erradicar a pobreza na década de 1990.

partem das pessoas jurídicas de direito privado e sem finalidades lucrativas. Essa certificação precisa ser encaminhada junto ao Ministério da Justiça para deferimento atendendo a requisitos instituídos em lei.

Conforme a legislação vigente as OSCIP's só podem ter atividades em algumas áreas de atuação, conforme lei nº 9.790 de 1999. As atividades são a) promoção da assistência social; b) promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; c) promoção da segurança alimentar e nutricional; d) promoção do voluntariado; e) experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; f) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Desde os debates acerca das OSCIP'S e seu desenvolvimento no cenário macroeconômico Brasileiro, essas instituições com caráter privado, mas comprometido com o poder público, só vem crescendo e se aperfeiçoando num ambiente competitivo, buscando suas melhorias e objetivando o desenvolvimento social e econômico do país.

A OSCIP atua através de dois objetivos específicos: “experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócios produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; (Lei 9.790/99)” na concessão de créditos a determinado público, aplicado na economia de uma cidade e/ou país como fonte promotora de desenvolvimento econômico e bem estar social em determinada região.

2.2 Microcrédito

O microcrédito habitualmente é apresentado como um pequeno crédito estudado na classe das micro finanças conforme Soares e Melo Sobrinho(2008):

“O termo micro finanças, portanto, refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados.” Soares e Melo Sobrinho (2008).

Atualmente para aplicar o microcrédito na economia as empresas terão que respeitar alguns princípios legais e utilizar das instituições responsáveis pela intermediação de recursos, pois ele atua no mercado com um público alvo diferenciado, considerando as

pessoas que são menos desfavorecidas a contratarem empréstimos no mercado bancário tradicional.

A atividade do microcrédito iniciou-se com atuação internacional, as suas primeiras experiências em Bangladesh através do Grameen Bank, criada por Muhammad Yunus teve o objetivo de oferecer crédito a pessoas de baixa renda. (DANTAS, 2014). Com isso ele cria o crédito solidário, pois não se tem garantia necessária para fazer os empréstimos e com objetivo reduzir a pobreza daquela região.

Os cidadãos não tinham acesso ao crédito para utilização de produção ou mesmo o consumo devido as suas condições econômicas ou mesmo classe social, com isso observou a oportunidade de criar um pequeno crédito destinado a essas pessoas. Com essa ideia dando certo se propagou na década de 80 para outros países principalmente os Europeus.

No Brasil o microcrédito tiveram suas atividades na década de 90 após a estabilização do Plano Real, sendo iniciados seus processos e operações através da Rede CEAPE (Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos) e o Banco da mulher, ou instituições do Terceiro Setor e logo após operada entre os bancos públicos federais em 1998 com a participação do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), criando o programa CrediAmigo e operacionalizado pelo INEC(Instituto Nordeste Cidadania).

Após está estabilização acontece no país o incentivo a criação de ONGS especializadas em Microcrédito, estas com apoios dos governos municipais e estaduais. A chegada tardia deve-se a falta da estabilidade macroeconômica no país, mas em 2005 criou-se o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado instituído pela Lei 11.110, pelo governo para conceder crédito a pequenos negócios informais ou formais (SOARES E MELO SOBRINHO, 2008).

2.2.1 Instituições de Microcrédito

Com a implementação do microcrédito no Brasil diversas organizações foram criadas, desde as ONG's a Instituições Financeiras públicas e algumas privadas, que passaram por mudanças para se adaptarem a esse novo “produto ” bancário destinados aos menos favorecidos.

As instituições financeiras atuam como agentes de intermediação financeira, que veio também a se integrar ao Sistema Financeiro Nacional, onde caracteriza as funções das instituições financeiras, operacionais, de legislação e supervisão do SFN sendo regidas pelo CMN e fiscalizadas pelo BACEN. Nos dias atuais as instituições de Microcrédito podem ser

distribuídas entre diversas organizações financeiras sendo elas de caráter sem fins lucrativos e as que objetivam o lucro.

As empresas que atuam sem fins lucrativos são as pessoas jurídicas de direito privado qualificadas como OSCIPS conforme a Lei 9.790/99. As que atuam com objetivo o lucro Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e as instituições pertencentes SFN como os bancos comerciais. Essas estão autorizadas legalmente e podem ser fiscalizadas pelo BACEN.

As cooperativas singulares de crédito “prestam serviços financeiros de captação e de crédito as pessoas caracterizados por associados, podem receber também repasses de outras instituições financeiras a fim de realizar aplicações no mercado financeiro” (BACEN).

As agências de fomento viam promover o crédito “As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede”. (BACEN). Diferente das cooperativas de crédito “As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede”. (BACEN).

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As cidades atuam como fonte de geração de emprego e renda para a população, apesar dessa atividade ela pode contar com recursos financeiros dos governos federais quanto os governos estaduais. Com o objetivo de criação de projetos e emprego nos programas de governo as cidades frequentemente não ficam desassistidas. Pois conforme Cartilha do Senado Federal: “Os repasses de recursos federais a Municípios são efetuados por meio de três formas de transferências: transferências constitucionais; transferências voluntárias; transferências legais;”.

Com isso as transferências constitucionais são de grande importância e atuam como agentes de desenvolvimento das cidades sejam na aplicação dos programas obrigatórios de saúde, segurança e educação. Seja para a aplicação de outros programas elaborados pelas cidades.

A partir disso há um maior fluxo econômico dentro de determinado município influenciando toda a economia local da cidade, seja através da contratação de empresas para a consecução de um determinado projeto ou programa seja na contratação direta da mão de obra.

Com essas iniciativas as cidades passam por um ciclo de produtividade e atraem outras pessoas e empresas para se alocarem nessas cidades. Com esses fluxos migratórios as cidades passam por um desenvolvimento relevante em sua estrutura, habitacional, social, político e econômico ocorrendo um aumento no nível de crescimento econômico de uma cidade ou região, que mensura as variáveis dentro de região conforme Souza (2009, p.13):

“Uma região forma uma identidade, apresentando características semelhantes; ela se apresenta como um campo de forças, atraindo unidades econômicas e organizando todo o território a sua proximidade. Definida provisoriamente como um subespaço do território nacional, a região se relaciona com outras regiões incluindo o exterior do país”.

O desenvolvimento econômico é qualificado como ferramenta qualitativa de variáveis de uma região, e atua junto ao crescimento sendo influenciada por um leque de variáveis. A diferença entre esses dois conceitos na economia aplica-se conforme Souza (2007, p.6) “o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas”.

Esses conceitos são empregados à luz dos autores desde a escola clássica econômica através dos mercantilistas e fisiocratas até os autores contemporâneos como Keynes trazendo com diferentes visões, conceitos e discussão sobre o tema.

Com esse processo a tendência é que ocorra uma expansão nas cidades, que dependendo do desenvolvimento, localização e aplicação diretos e indiretos de investimentos podem tornar-se grandes centros urbanos e até uma região metropolitana. Conforme Souza (2009, p. 19) na visão de Walter Isard:

“os fatores que levam as pessoas e as atividades econômicas a se concentrarem e determinados lugares ou se dispersarem com o tempo são variados, englobando disponibilidade de recursos naturais, mudanças no meio ambiente, como erosão dos solos, crescimento demográfico e fatos econômicos provocados por flutuação de demanda e inovações tecnológicas.”

E ainda conforme Souza “os núcleos urbanos crescem por forças centrípetas, gerando retornos crescentes à escala, pelas economias de aglomeração;” Tornando-se atrativo de instalações de novas empresas, chegada de novos habitantes, trazendo suas experiências pessoais e profissionais e o principal fator econômico o investimento.

4 METODOLOGIA

A consecução de um trabalho científico necessita de uma metodologia para dar apoio e servirá também como norte para a sua construção. Sendo relevante para atingimos aos objetivos descritos. Segundo Andrade (2009, p.120, Atlas) “a metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

4.1 Cenário da pesquisa

A pesquisa foi realizada entre os dias 01 de maio de 2015 e 12 de maio de 2015, sendo realizadas com clientes localizados na Região Metropolitana de Patos, que é composta por 24 municípios e uma população total de quase 230.000 mil habitantes localizados no sertão do Estado da Paraíba, conforme projeto de Lei Complementar Estadual nº 11/2011, pela deputada Estadual Francisca Mota e sancionada pelo governador Ricardo Coutinho.

O Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito (IEFM) ou como Banco Estrela como é mais conhecido. Iniciou suas atividades em 19 de maio de 2005 com apenas 5 funcionários e com uma estrutura aquém do esperado para uma “Instituição Financeira”. Sua fonte de recursos inicial deu-se através da Fundação da Família Sandoz, ligada à família do investidor Pierre Landolt, hoje atua através de parceiros público-privadas como o Banco Itaú e o BNDES principal parceira.

Hoje emprega 30 funcionários no total em locais distintos no estado da Paraíba e com a prospecção de novos clientes em 2015 já no estado do Pernambuco. A instituição possui três filiais e a Matriz está localizada no centro da Região Metropolitana de Patos - PB.

A organização instituída como OSCIP na constituição atua na promoção do Microcrédito, com apenas um produto bancário voltado ao capital de giro, tendo o seu público alvo os microempreendedores informais e cadastrados no C.N.P.J. ou formais. Há quase 10 anos o Banco Estrela integra as instituições que participam do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

A concessão do microcrédito na instituição estudada efetiva-se pelos requisitos iniciais através da visita ao comércio pelo agente de crédito, análise do crédito e a formação dos clientes em grupo com o aval solidário e ou crédito individual com um avalista, sendo mais frequente a formação dos grupos que variam entre 3 a 6 pessoas.

Os prazos contratados pelos microempreendedores podem ser de 2 a 7 meses de duração. Na organização os clientes são segmentos por clientes de subsistência, acumulação simples e acumulação ampliada.

4.2 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa ocorre de modo descritivo, além do estudo de caso que conforme Andrade (2009, p. 124) “esse estudo pode abranger as atividades de um grupo ou cooperativas e grupos de indivíduos”.

A natureza dos dados se deu pela utilização dos modelos metodológicos quanti-qualitativos, utilizados com maior frequência em pesquisas do campo social, para isso existe um discurso recente falando desses enfoques que é o de May (2004, p. 146):

[...] ao avaliar esses diferentes métodos, deveríamos prestar atenção, [...], não tanto aos métodos relativos a uma divisão quantitativo-qualitativa da pesquisa social – como se uma destas produzisse automaticamente uma verdade melhor do que a outra, mas aos seus pontos fortes e fragilidades na produção do conhecimento social. Para tanto é necessário um entendimento de seus objetivos e da prática.

4.3 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados obteve-se eficientemente, de modo que as respostas acerca do problema compõem um estudo de caso com mais de uma técnica de coleta de dados. Conforme Gil (2010):

[...] no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado. Obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. (GIL, 2010).

Os dados referentes à Instituição, dados primários, foram coletados através de conversa informal, observação e conversas com funcionários, sendo utilizado de bloco de anotações para posterior análise e também com a diretora executiva e fundadora da instituição Edinalda de Araújo Lima Leitão.

A pesquisa utilizou-se da pesquisa bibliográfica para uma melhor qualificação dos dados secundários, essas informações esplanadas caracterizam o tipo de coleta de dados em que se utiliza da aplicação de questionários com perguntas de múltipla escolha e uma

pergunta aberta, ambas abordam o perfil socioeconômico do cliente, seu negócio e a relação com a Instituição em estudo.

As pesquisas foram realizadas também através das entrevistas por telefone, onde foram marcados os devidos quadrantes referentes às respostas. A aplicação das entrevistas e questionários durou cerca de 30 a 35 minutos por cliente e com a diretora 25 minutos.

A população total deste estudo constitui os 2.500 clientes do IEFM localizados na região metropolitana de Patos. A amostra foi constituída pelos clientes através de amostragem não probabilística por acessibilidade dando um total de 73 clientes de toda a região metropolitana.

Os clientes estudados estava há mais de 1 ano fazendo créditos com a Instituição para seus negócios, tendo em vista sua visão de mundo com o IEFM e as Instituições de Microcrédito concorrentes. Após essa análise toda a análise quantitativa e qualitativa referente à pesquisa se utilizou da estatística descritiva para que se tenha um melhor aproveitamento, o tratamento dos dados se deu pela construção de planilhas e gráficos do Excel que possibilitaram uma melhor compreensão e interpretação dos dados.

5 RESULTADOS ENCONTRADOS

5.1 Perfil Socioeconômico dos Empreendedores

A caracterização da amostra desse estudo apresenta dados referentes ao levantamento do perfil socioeconômico dos clientes da Instituição, abordando informações sobre o gênero, estado civil, idade, renda familiar e escolaridade.

De uma amostra de 73 clientes microempreendedores, 17 microempreendedores são homens representando 23% da amostra, já as mulheres se apresentam em maior quantidade representando 56 microempreendedores ou 77% da amostra coletada. A faixa etária dessa pesquisa concentra-se em 38,36% os clientes entre 45 a 53 anos, e tendo 4,11% um público jovem de microempreendedores.

Na pesquisa o estado civil predominante é o casado com um percentual de 63,01%, podendo caracterizar a família como a base na formação da renda familiar, tendo os seus cônjuges relevância na construção do negócio. A coleta de dados indicaram uma grande variação entre o grau de escolaridade dos empreendedores apresentando 83,56% de clientes que não iniciaram o curso superior e apenas 16,44% não concluíram ou estão em fase de conclusão da faculdade.

Com relação à renda mensal da residência dos empreendedores, 46% recebem de 1 a 2 salários mínimos e 40% dos entrevistados recebem entre 3 a 4 salários; dos empreendedores 10 disseram que recebem mais do que 5 salários, considerando as rendas extras como pensões ou aposentadorias, concluímos que esses empreendedores compreendem a faixa etária entre 54 e 75 anos.

5.2 Negócio dos microempreendedores e relação com o IEFM

As perguntas a cerca do negócio dos clientes abrangem motivos que os levou a serem microempreendedores, legalizados ou que possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) e identificar os que trabalham com carteira assinada, considerarem o tipo de investimentos que fazem no negócio, o melhor período e o tempo que estão no negócio. As outras perguntas abordam a relação dos clientes com a Instituição e o microcrédito que é o principal produto do IEFM.

Conforme análise identificou que 67% dos clientes do IEFM estão a 7 anos com o negócio no mercado e 33% estão com seus de 9 a 12 anos sendo considerados clientes que iniciaram suas atividades já a partir da construção do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado(PNMPO) em 2005.

A população a quem se destina o Microcrédito o conhece através de diversos fatores, dentre elas destacou-se a propaganda boca-a-boca, “evidenciando-se que o boca-a-boca continua sendo muito eficaz, mesmo nos dias atuais e com tantas inovações tecnológicas.” Dantas (2014, p.56). Com isso, 73% conheceram o microcrédito através de amigos ou parentes e 16% conheceram através da visita do agente de crédito, como afirma Dantas (2014), “é quem prospecta os tomadores por meio de visitas ao empreendedor para demonstrar o crédito”.

Foi identificado que 85% dos entrevistados não trabalham com carteira assinada em outras empresas, dedicando-se apenas ao “sustento” do negócio, ou seja, 15% dos microempreendedores trabalham não só de forma autônoma, como também em outras empresas ficando a receita do negócio como forma de complemento a renda.

A pesquisa identificou que 64% dos entrevistados não estão legalizados sendo considerados empreendedores informais e sem o C.N.P.J. Tendo em vista que 36% já buscaram qualificação e o registro nesse cadastro, considerados empreendedores formais, em consideração a sua importância. O empreendedor hoje conta com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) através de orientação

financeira, consultoria, cursos para gerenciar e apoiar a formalização dos negócios (SEBRAE, 2015).

As Instituições Financeiras oferecem diversas modalidades de crédito diferenciadas pelas variáveis: prazo, taxa de juros, taxa de rentabilidade, parcelas, dentre outras. Com isso identificou que 52% dos entrevistados escolhem o microcrédito por terem uma menor taxa de juros em relação ao mercado bancário tradicional. Conforme Neri e Barboza (2006) apud Dantas (2014, p.28), “o Brasil tem a maior taxa de juros real do mundo, praticamente o dobro da segunda mais alta. Além disso, temos uma das menores relações crédito sobre o PIB dos países em desenvolvimento”.

Na região estudada há a presença de diversas instituições financeiras como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com o programa Credi Amigo, Banco Santander, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores (CEAPE), com isso identificou-se que 79% dos clientes fazem empréstimos em outras instituições, já 21% trabalham somente com o microcrédito no IEFM.

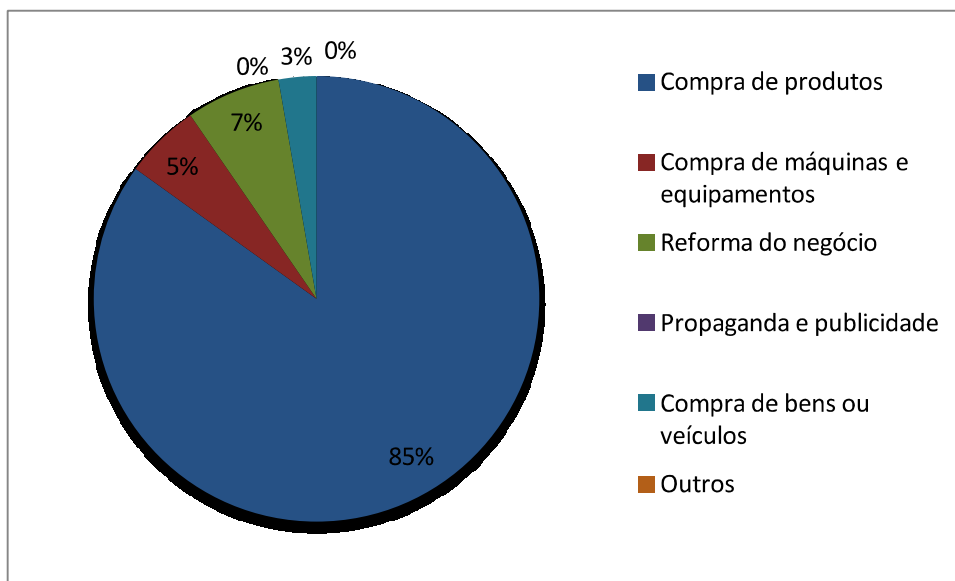
Nesse contexto, também podemos destacar os motivos que levaram a fazer o microcrédito, destacando que 62% dos entrevistados o fazem a fim de aumentar a sua renda familiar, seguido de 14% devido às dificuldades financeiras e 12% para subsistência própria ou da sua família. Pois, conforme pesquisa realizada pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste: “A renda mensal das famílias que utilizam microcrédito orientado aumentou 14,3%” (PORTAL BRASIL, 2014).

Neste estudo verificou-se que o tempo do negócio do cliente mais frequente é entre 1 a 5 anos, correspondendo a um valor percentual de 30%, mostrando-se quão novos são esses negócios, no IEFM também se destacam clientes com mais de 24 anos, uma vez que muitos deles consideraram o negócio como única fonte de renda e que estão no mercado até os dias atuais, a predominância de clientes com 18 a 23 anos são de 13 clientes e outro ponto relevante, são os 22% que compreendem a faixa de 6 a 11 anos. Pois, como afirma Dantas (2014, p.25) “Para que os empreendedores possam colocar em prática suas ideias e implementarem seus negócios, precisam de capital de giro”.

Apesar do Instituto Estrela de Fomento ao Microcrédito concederem o microcrédito identifica na pesquisa que 93% que corresponde aos clientes não conhecem uma OSCIP, mas fazem utilizam delas para contratarem seus créditos. Dentre os entrevistados 7% conhecem de fato as características da organização sabendo de fato o que significa a função e finalidade não lucrativa, dentre outros aspectos.

As Instituições de microcrédito são movidas geralmente da renovação contínua do empréstimo. Com isso, buscou-se identificar o tempo de relacionamento com o cliente e a instituição. Verificou-se que 49% tem um relacionamento recente com a instituição, variando de 1 a 3 anos, considerados clientes que entraram pelo plano de expansão da organização, 32% dos entrevistados estão com o tempo de 4 a 7 anos e apenas 19% podem ser considerados clientes “fundadores” da instituição nome intitulado pelos mesmos, com mais de 7 anos de relacionamento com o IEFM.

Gráfico 01 - Percentual do tipo de investimento efetivado após o empréstimo no IEFM.



Fonte: Elaboração própria, 2015 ou dados da pesquisa.

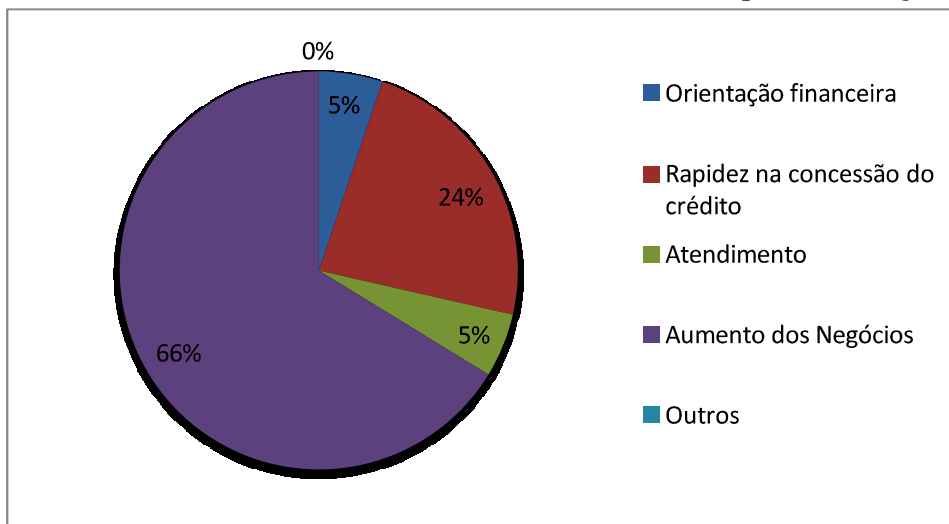
No gráfico 01 verifica-se que 85% ou 62 dos entrevistados investem na compra de produtos, no microcrédito o capital de giro dos comerciantes está em torno do investimento para o negócio, alguns clientes fogem das regras empregando ou investindo os recursos em outro local e acabam prejudicando o próprio negócio (desencadeando em dificuldade financeira), por não ter o retorno do investimento que era esperado e gerando inadimplência para a instituição concessora. A pesquisa realizada constatou que 15% destinam os investimentos para outros fins comprando máquinas e equipamentos, reforma e compra de bens ou veículos.

Como afirma o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) “Os recursos do microcrédito produtivo orientado se destinam sempre a financiar capital de giro e investimentos produtivos fixos, como obras civis, a compra de máquinas e equipamentos novos e usados, compra de insumos e materiais, entre outros”.

Conforme mostrado em outra parte do trabalho verificou-se que o menor prazo foi um dos fatores de incentivo ao microcrédito, no IEFM os prazos para contratos podem ser realizados de 2 até 7 meses com isso, 90% ou maior parte dos entrevistados fazem o crédito em 6 a 7 meses, justificados pelos clientes como oportunidade a contratarem 2 empréstimos por ano com o prazo de 6 meses. Já os clientes que fazem em 7 meses são chamados pela própria organização de acumulação ampliada, devido ao seu tamanho no aspecto estrutural e de movimento de clientes e fluxo de caixa.

Nesse contexto buscou-se saber o melhor período para investimento, escolhendo mais de uma alternativa nesse quesito, os 47% no período de abril a junho e os 31% de outubro a dezembro indicam que tais períodos são as melhores datas para compra de produtos, devido a um maior fluxo no consumo conforme justificado pelos clientes, a presença das festas Juninas tradicionais no mês de Junho e as festas de João Pedro ocorridas no mês de Julho, que ocorrem geralmente em todas as cidades da região metropolitana, gerando uma maior expectativa nas vendas com o aumento de pessoas consumindo no comércio da região metropolitana estudada.

Gráfico 02- Percentual do modo como o IEFM contribui para seus negócios.



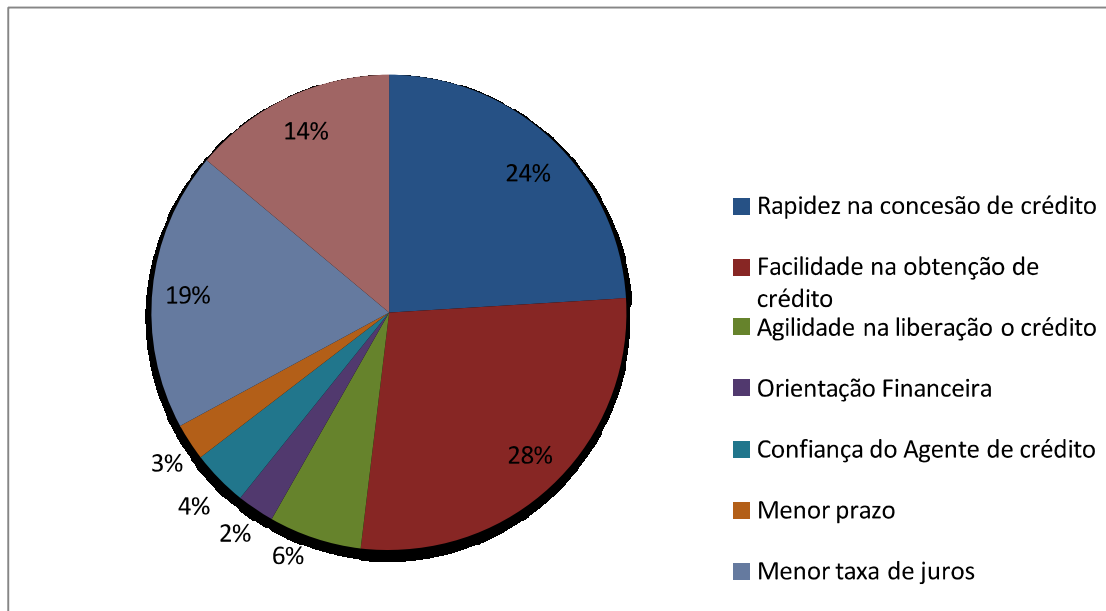
Fonte: Elaboração própria, 2015.

Os entrevistados puderam escolher entre duas alternativas, pois as instituições podem contribuir com mais de um modo, dos que estão apresentados, totalizando uma amostra de 77 opiniões, onde 66% acham que o IEFM contribui para aumentar o negócio do cliente através do investimento, 24% das opiniões dizem contribuir com a rapidez no crédito, 5% orientação financeira e 5% com o atendimento da instituição.

Para avaliar a satisfação do cliente com o IEFM buscou-se saber sobre o atendimento do IEFM como ponte forte para a organização em relação a outras instituições de microcrédito. Constatou-se que 96% dos microempreendedores estão satisfeitos com o atendimento do IEFM, apenas 4% ou uma amostra de 3 microempreendedores responderam que precisam ser melhorados.

Os clientes não sabiam do que se tratava uma OSCIP, na busca de saber sobre a opinião do cliente e o desenvolvimento de uma região metropolitana, o pesquisador teve que informar aos entrevistados o que era uma OSCIP, partir disso 99% acham que uma OSCIP como o IEFM contribui para o desenvolvimento de uma região metropolitana e 1% caracterizado por 1 pessoa acha que talvez contribua.

Gráfico 03-Motivo o qual leva os microempreendedores a fazer contratos no IEFM.



Fonte: Elaboração própria, 2015 ou dados da pesquisa.

A questão subjetiva abre espaço para um leque de interpretações, essas opiniões foram as mais escolhidas e apresentadas pelos microempreendedores, esses pontos são fundamentais para caracterizar o IEFM, os entrevistados opinaram por mais de uma vez totalizando 99 opiniões. Neste gráfico procurou-se saber do microcrédito realizado no “Banco Estrela” e nas outras organizações presentes na região metropolitana, sabendo neste gráfico o motivo pelo contratem no “Banco Estrela”.

Conforme o gráfico-03 a facilidade na obtenção do crédito mais se apresentou com 28%, seguido de rapidez no crédito com 24%, o bom atendimento da instituição resultou no

valor de 14%, menor taxa de juros apresenta 19% das opiniões e em relação a outras instituições os microempreendedores erraram ao falar sobre a menor taxa, pois as outras instituições que trabalham apenas com microcrédito trabalham com menor taxa do que o IEFM, 3% caracteriza o menor prazo como fator motivacional, 2% acham que o IEFM orienta melhor que as outras IF's e 3% apresenta a confiança do agente de crédito como fator motivacional, além de 6% da agilidade na liberação do crédito.

A OSCIP contribui de modo social numa região, nesse ponto questionou-se os entrevistados quanto ao conhecimento da função social do IEFM e os resultados mostraram que 79% contratam seus empréstimos, mas não sabem, diferente de 2% que conhecem a função social do IEFM, conhecendo através da dedução ou informação do agente de crédito.

Do mesmo modo, os questionamentos giraram em torno do cumprimento do papel social do IEFM e com isso, obteve-se o percentual de 96% acham que realmente está sendo cumprido o papel como organização do Terceiro Setor, distante dos 4% que acham que o IEFM não cumpre.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil desde a década de 90 percebe-se o elevado crescimento dessas organizações do terceiro setor conforme pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Organizações não governamentais (ABONG) em parceria com o IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) pesquisa existiam oficialmente no país, em 2010, 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos – Fasfil (organizações privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto administradas e voluntárias).

O microcrédito apesar da sua chegada tardia no Brasil trouxe uma esperança àqueles que não tinham a oportunidade contratação de crédito. Com a aplicação da pesquisa verificou-se que o PNMPO contribui para que as organizações recebam autonomia para trabalhar com esse tipo de crédito advindo das micro finanças e contribuindo numa perspectiva macro econômica. E que seus clientes, através das micro finanças possam investir para que haja um desenvolvimento econômico na região de atuação, com isso verificou-se também que o IEFM contribui para o aumento dos negócios dos clientes e que mesmo qualificada como OSCIP o IEFM. Com isso conclui-se que os motivos que levam os microempreendedores a contratar o microcrédito no IEFM é uma alternativa para fugirem da alta taxa de juros aplicado no

mercado bancário tradicional que no Brasil é caracterizada por estar entre as mais altas taxas do mundo..

Pesquisas futuras podem ter como objetivo em outros públicos existentes na região metropolitana, tendo em vista que as OSCIPS, conforme a lei instituidora, atuam em outras áreas como a preservação do meio ambiente tema esse bastante discutido em cenário global. Espera-se que este artigo na prática quanto na teoria, pois o Terceiro Setor é um tema que esta em desenvolvimento, verificando-se que ele pode contribuir no aumento do Produto Interno Bruto de um país.

REFERÊNCIAS

ABONG, **Associação Brasileira de Organizações não Governamentais**. 2015. Acesso em 04 de jun.2015 disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9º ed. São Paulo: Atlas 2009.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**: História e gestão das organizações. 2º ed. São Paulo: Summus editorial 2006.

BNDES, **Banco Nacional de Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Microcredito/o_que_e_microcredito.html> Acesso em: 04 de jun. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: março 2011.

BRASIL, Lei n 9.790, 23 de março de 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências descartáveis**. Brasília, 23 de março de 1999; 178^o da Independência e 111^o da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em 04 de jun.2015

DANTAS, Josivânia Oliveira. **A importância do microcrédito produtivo orientado para as microempendedoras informais: um estudo de campo na cidade de Patos.** 2014. Patos-PB. 77 fls. Monografia apresentada na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB para obtenção do grau de bacharel em Administração de Empresas.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. Atlas, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>> Acesso em: 04 de jun. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india> Acesso em: 12 dez. 2014.

MAÑAS, Antônio V, MEDEIROS, Epitácio de E. **Terceiros Setor: Um estudo sobre a sua importância no processo do desenvolvimento socioeconômico.** 2012.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo.** 6ª ed. Niterói: Impetus, 2012.

MAXIMIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** 3.e d. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PORTAL BRASIL. **Microcrédito produtivo aumenta renda familiar em 14,3%.** Online Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/07/microcredito-produtivo-aumenta-renda-familiar-em-14-3>> Acesso em 04 de jun. 2015.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **O microempendedor individual.** Online Disponível em. <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatistica/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>> Acesso em 04 de jun. 2015.

SANTOS, Marco Antônio Santos Leite, **O Terceiro Setor e as organizações da Sociedade Civil de Interesse Público-Oscips.** Assembleia Legislativa. 2003. Disponível em <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Gestao/terceiro%20setor.pdf>

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas,2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5.ed.São Paulo: Atlas,2007.

SOARES , M.M; MELO SOBRINHO, A.D.**Microfinanças**: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de crédito. 2ª edição. Brasília.2008 Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_miolo_internet_1.pdf>

SEBRAE, **Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas**. Acesso em 04 de jun 2015. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>

SENADO FEDERAL. **Manual de obtenção de recursos federais para municípios**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/psimon/livros/livro030.pdf>> Acesso em: 4 de jun. 2015.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**: Criação de ONGS e Estratégias de Atuação. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

YIN, R. K. Estudo de caso: **planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ABSTRACT

Organizations act materially different perspectives on the lives of people and society. This work focuses on a non-profit as an economic development tool in the metropolitan area of Patos-PB. In this sense, this article aims to verify that the Star Office can promote economic development in the metropolitan area of Patos-PB. Regarding the theoretical contributions the subject would contribute to the debate on the relevance of OSCIPS in metropolitan regions and that they contribute to the opening of other organizations seeking economic development This study used descriptive research quantitative and qualitative approach. For basic data collection was used a questionnaire twenty-three questions multiple choice and open, as well as literature for secondary data, we used the non-probabilistic method for accessibility were interviewed 73 of the 2,500 customers of Fomento Star Institute to Microcredit, located in metropolitan Ducks in the backlands of Paraíba state. The results showed that a OSCIP on customer feedback can contribute to regional development, and of the reasons microentrepreneurs to choose microcredit as an alternative to leave the traditional banking system with its high rate of applied real interest. The importance of the third sector was found

that since the 90 institutions expanded their activities and organizations reaching in 2010 290 700 organizations from foundations and nonprofit organizations.

Key Words: Third Sector. Microcredit. Economic Development